

# ARQUIVO 1

# O Mercado de Trabalho na Década de 90: as modificações estruturais e suas principais conseqüências<sup>1</sup>.

Alexandre César Cunha Leite\*

## **Resumo**

Este artigo tem como finalidade descrever as modificações ocorridas no mercado de trabalho nacional e avaliar como estas mudanças estruturais na economia nacional e internacional afetaram o mercado de trabalho. Para tanto, utilizei uma descrição do cenário econômico da economia brasileira na década de 90, tendo o cuidado de destacar as alterações mais importantes para a conformação do atual mercado de trabalho.

**Palavras-chaves:** economia brasileira, abertura comercial, mercado de trabalho, desregulamentação.

## **Abstract**

This paper has the propose of describe some modifications on market of labor Brazilian and analyze how this structural modifications has affect the market of labor. It was made a history review of the labor market in Brazil in the course of the last two decades and how the process of trade liberalization happened in Brazilian economy

**Key words:** Brazilian economy, trade liberalization, market of labor, desregulamentation.

<sup>1</sup> Este artigo é baseado em capítulo da minha Dissertação de Mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Júlio Manuel Pires. Fico em débito também com os professores Carlos Eduardo Carvalho e Márcio Pochmann a quem agradeço as sugestões e retiro qualquer responsabilidade por eventuais erros.

\* Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Centro Universitário de Ciências Gerenciais – UNA e da PUC-MG.

## 1. Introdução

O mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo alterações profundas desde o início da década de 90. Essas alterações são resultado de uma mudança estrutural em diversos aspectos da economia brasileira e internacional. Entre estas se destacam a inserção da economia brasileira na nova ordem mundial, o processo de "globalização", a abertura comercial, demandada como pré-requisito fundamental para a entrada no mercado mundial e as alterações ocorridas dentro do mercado de trabalho. É objeto deste artigo a descrição e posterior análise das modificações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na década de 90. Como intento específico, procura-se ligar essas alterações ao cenário composto por uma inserção externa, pela abertura comercial e pela desregulação do mercado de trabalho. Deve-se ressaltar que ao tratar destas modificações estruturais, utilizar-se-á uma perspectiva relacionada à quantidade e qualidade do emprego no Brasil. Assim, a discussão específica refere-se à questão do emprego no Brasil nos anos 90 a partir de uma análise da relação existente entre volume de emprego e qualidade do emprego.

Este trabalho compreende, além desta introdução, uma seção que descreve o cenário de antecedentes às alterações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho. Uma seção que descreve as principais mudanças estruturais e as decorrências das modificações estruturais ocorridas na economia brasileira no período em questão. Uma terceira seção apresenta alguns "novos" conceitos relativos à caracterização do mercado de trabalho.

Na última seção far-se-á as considerações gerais a respeito das alterações e suas conseqüências na economia brasileira.

## 2 - Antecedentes

A necessidade de descrever ou de definir melhor alguns conceitos utilizados atualmente para caracterizarmos o cenário atual do mercado de trabalho deve-se ao fato de que alguns destes são novos na terminologia econômica. Conceitos tais como precarização e desregulamentação foram incorporados no uso contínuo a partir de fins da década de 80 (estes conceitos são alvo de uma seção específica).

Este período é caracterizado pelo acirramento da "crise do padrão de industrialização retardatária" iniciada em meados da década de 50 chegando ao fim no período final da década de 70.

A crise que tomou conta da economia brasileira na década de 80 pode ser representada por alguns fenômenos claros: a escalada inflacionária, a estagnação do crescimento econômico<sup>2</sup> e a crise da dívida externa. Contudo, mesmo na década de 80, não se observa um processo de desindustrialização ou uma reestruturação industrial em larga escala. Isso somente viria a ocorrer na década posterior. Assim, o mercado de trabalho na década de 80 sofreu poucas alterações se realizarmos uma comparação com a década de 70.

Na década de 80, apesar do esgotamento do dinamismo industrial observado desde o processo de industrialização iniciado na década de 50, o nível de desemprego apresenta relativa redução frente ao período anterior (veja tabela abaixo).

**TABELA 1**  
**TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (30DIAS)**

Ano	Taxa (%)
1980	6,50
1981	7,90
1982	6,91
1983	7,57
1984	8,15
1985	5,90
1986	3,99
1987	4,08
1988	4,18
1989	3,64
1990	4,65

Fonte: IBGE.

A manutenção deste nível da taxa de emprego deve-se a contribuição de alguns fatores, dentre os quais se destacam:

- a) em relação a PEA, houve uma redução do êxodo rural e a entrada mais lenta de mulheres no mercado de trabalho; em relação às ocupações, não houve uma queda acentuada no nível de atividade econômica que afetasse decisivamente o desempenho do mercado de trabalho;

<sup>2</sup> Relacionado ao crescimento observado nos trinta anos precedentes.

- b) houve uma contribuição geográfica fundamental, pois devido a dimensão territorial do Brasil, houve a possibilidade da mão-de-obra buscar novas oportunidades de emprego em regiões diversas daquelas responsáveis historicamente pela maior absorção do contingente ofertante de trabalho;
- c) a concentração de renda pode ter estimulado a diferenciação do comércio e dos serviços prestados, levando a proliferação de pequenos negócios e estabelecimentos;
- d) a redução do crescimento demográfico e a atuação dos sindicatos atenuaram os efeitos da estagnação econômica do período;
- e) a atuação decisiva do setor público, ampliando o emprego na administração pública e principalmente, nas atividades sociais ao longo da década de 80 teve papel fundamental na "estabilidade" e na geração de empregos<sup>3</sup>.

Mattoso e Pochmann (1998) concluem o seguinte:

*"ao final da década de 80, apesar do movimento de agravamento das condições gerais do mercado de trabalho, as taxas de desemprego alcançaram níveis ainda relativamente baixos. O desempenho geral do mercado de trabalho foi favorecido pela própria preservação da estrutura industrial, pelo crescimento mais lento da população residente nos centros urbanos e pelo aumento do emprego no setor público"*(MATTOSO e POCHMANN, 1998: 214).

Contudo cabe realizar algumas especificações sobre o que foi descrito acima. Primeiro, a geração de emprego formal foi muito diferente nos diversos setores de atividade. Da mesma maneira que a administração pública elevou sua participação na criação de novos postos, a indústria de transformação gerou empregos que estavam em sintonia com o ciclo da economia. Ou seja, a estrutura industrial complementada através dos investimentos do II PND, gerando efeitos de encadeamento ao longo do setor industrial, acabou por manter a estrutura do mercado de trabalho de acordo com o modelo de industrialização. Assim, o nível de emprego acabou sendo mantido, mesmo podendo observar ao final do período o início da crise do mesmo padrão de desenvolvimento. Segundo, a escolaridade foi utilizada intensamente como requisito de diferenciação entre os ofertantes de trabalho. A proporção de empregados com no mínimo primeiro grau completo passou de 39,8% para 50,1%, refletindo a maior exigência de tempo de estudo

<sup>3</sup> HENRIQUE, 1998.

para a contratação. Terceiro, a deterioração observada no poder de compra dos salários, em estabelecimento com o "mínimo de estrutura organizacional"<sup>4</sup>, teve como principal responsável a inflação e seu poder de corrosão do poder de compra. Em último, mas não menos importante, cabe ressaltar que o crescimento observado na geração de emprego no setor de serviços e comércio somente reflete o crescimento da população urbana menos concentrada, alargando as fronteiras da prestação destes serviços. Baltar (1996) afirma que:

*"prosseguiu, entretanto, a crise do padrão de desenvolvimento e do Estado nacional que o comandou, ganhando força política a idéia de se proceder a uma mudança radical na base do aparelho de produção, abrindo-o indiscriminadamente à competição internacional, para reduzir sua ineficiência e falta de competitividade. Foram, assim, postas em questão diversas teias de articulação de interesses que envolvem empresas e áreas de burocracia pública, algumas delas forjadas durante os desdobramentos do desenvolvimento anterior e, outras, mais recentes, produto dos acontecimentos dos anos 80, quando o mercado de trabalho se fechou ainda mais às importações que, excluído o petróleo, atingiram nível irrisório enquanto fração do produto nacional (BALTAR, 1996: 92)".*

### 3 - A DÉCADA DE 90: modificações e conseqüências.

Ao iniciar a década de 90, dá-se partida a um período de grandes oscilações no nível de atividade econômica e de grandes mudanças estruturais. No cenário internacional, a redução das taxas de juros internacionais criam um ambiente de elevação da liquidez nos mercados de capital. Ao Brasil, foi possível retornar ao circuito financeiro, voltando a ter acesso ao mercado de capitais internacional. A entrada de tais recursos na economia brasileira gerou uma mudança radical na política econômica do país.

<sup>4</sup> Expressão cunhada por Baltar. Veja Baltar, 1996.

*“Em nome da modernização do aparelho produtivo, o governo reduziu expressivamente as tarifas alfandegárias e os controles administrativos das importações para elevar a competitividade internacional e como parte de uma estratégia para controlar a inflação, ao mesmo tempo que permitiu a valorização da moeda nacional. Os resultados imediatos dessa nova política comercial expressaram-se em uma rápida reversão das tendências da balança comercial, que de um superávit de cerca de 3% do PIB em 1993, passou a uma posição deficitária em 1994. O déficit comercial não decorreu somente da queda das exportações, havendo também um aumento desproporcional das importações, seja de bens de consumo final, seja principalmente, de bens de uso intermediário (BALIAR, DEDECCA, HENRIQUE, 1996: 97)”*

O processo de abertura comercial colocado em prática a partir do governo de Fernando Collor de Mello e intensificado com o Governo Fernando Henrique influenciou decisivamente na economia brasileira, gerando modificações estruturais significativas na mesma. O período do governo Collor pode ser caracterizado pela redução drástica das tarifas do comércio exterior brasileiro, tendo a taxa modal<sup>5</sup> baixada de 40% em 1990 para 20% em 1993. Medida essa que reduziu claramente a proteção efetiva sobre determinados setores da indústria nacional. Já no período do Plano Real do Governo Fernando Henrique, o processo de abertura é acentuado com a junção de políticas que visavam a estabilização monetária. As políticas monetárias de combate à inflação associadas à valorização cambial e a abertura comercial formaram um conjunto de políticas que visavam, sobretudo, a estabilidade monetária. Contudo, impactaram os diversos setores da economia, com destaque, neste caso, para o mercado de trabalho.

Ao demandar um processo de reestruturação produtiva, a economia brasileira é lançada em um novo cenário, caracterizado por uma maior competição entre empresas, por competição por novos espaços no mercado mundial, pela inovação e introdução de novas técnicas, que vêm estimulando as empresas a implementarem uma reestruturação organizacional. Esta implica uma redução

<sup>5</sup> Referente às tarifas aduaneiras. Veja: HORTA, 1992, KUME, 1998.

(ou racionalização) da utilização da mão-de-obra, mediante práticas de subcontratação de produtos e serviços, tornando o trabalho uma “variável de ajuste”.

Para facilitar a compreensão e leitura, a década de 90 será apresentada em dois períodos, a saber: o período compreendido entre 1990 e 1994 e o período compreendido entre 1994 e 1999.

A taxa média de desemprego iniciou sua escalada no ano de 1991 (veja tabela abaixo). E o que nos interessa agora é arguir a respeito dos fatores que levaram a essa evolução, seguindo a divisão temporal descrita acima.

**TABELA 2**  
**TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO**

Ano	Taxa de Desemprego Aberto (média) %
1989	3,35
1990	4,28
1991	4,83
1992	5,76
1993	5,31
1994	5,06
1995	4,64
1996	5,42
1997	5,66
1998	7,60
1999	7,64
2000	7,14

Fonte: IBGE. Elaboração: Leite.

Os motivos para a elevação do desemprego urbano na economia brasileira são diversos. O primeiro a ser destacado aqui é a taxa de crescimento da economia brasileira na década de 90. Temos o período muito bem definido pelas modificações das taxas de crescimento do produto interno<sup>6</sup>. Entre 1990 e 1992 passamos por um período de forte recessão econômica, com a taxa média de crescimento do produto neste período ficando em -1,27%. De 1993 a 1995 temos uma pequena recuperação da atividade econômica, apresentando uma taxa de crescimento na faixa dos 4,5% a.a.. A partir de 1996, a taxa de crescimento do

<sup>6</sup> Fonte dos dados: IBGE – Banco Central do Brasil.

produto foi decaindo, chegando a 0,20% em 1998 e a 0,80 em 1999. Porém, não basta citar os números de crescimento do produto. Para melhor qualificar a elevação da taxa de desemprego, deve-se observar outros fatores.

O nível do emprego industrial é um deles. Sendo o setor industrial o principal responsável histórico pela absorção da mão-de-obra brasileira até fins dos anos 80 é fundamental observar como foi o comportamento deste setor. A taxa de crescimento do PIB industrial acompanhou fielmente o comportamento da atividade econômica global da economia brasileira.

Um problema citado em CAMARGO e NERI (1999) é o comportamento do desemprego aberto, que passou a dar sinais de que existe um componente estrutural de relevância, pois houve uma redução contínua do emprego industrial e elevação constante do emprego nos setores de comércio e serviços. Sinais esses que se tornam mais visíveis à medida que a economia brasileira apresenta níveis de crescimento (pode-se dizer, uma retomada), quando o nível de emprego industrial permanece caindo mesmo com o aumento da produção industrial. Pode-se concluir que o componente emprego industrial é de fundamental importância para o comportamento do emprego brasileiro, sendo este responsável direto por modificações na estrutura do mercado de trabalho.

O nível de emprego na indústria caiu cerca de 10% durante a recessão e se estabilizou com a recuperação da economia no segundo semestre de 1992. Já no setor comércio, além do emprego ter permanecido estagnado ao longo da recessão, a partir de 1992 tem início sua trajetória de crescimento, enquanto no setor de serviços, o nível de emprego tem uma evolução ascendente durante todo o período seguinte. Assim, pode-se facilmente justificar o apoio nos dados relativos ao emprego industrial, dado ser esse o principal responsável pela estagnação e posterior redução do nível de emprego na economia brasileira.

Acredita-se que a redução do emprego industrial é resultado imediato do processo de abertura comercial e consequente aumento da concorrência desencadeado pelas mudanças estruturais demandadas pelo processo de reestruturação industrial realizadas pelas empresas após a abertura comercial.

As principais medidas relativas à abertura comercial foram diretamente dirigidas ao setor industrial<sup>7</sup> (tais como a redução de alíquotas à entrada de mercadorias estrangeiras) e a criação de uma dependência em relação aos insumos importados (em determinados setores) decorrentes do preço relativo destes produtos. Assim, a política de abertura somada a elevadas taxas de juros internas (o que dificultou o investimento interno em atividades que possivelmente poderiam passar a

<sup>7</sup> Veja: Suzigan, 1997.

substituir parte desses insumos que passaram a fazer parte do ajuste de custos das empresas industriais) e do elevado valor relativo da moeda interna (esse fator entra em ação no segundo período) tiveram impactos significativos no setor industrial e por seqüência no nível de emprego deste setor. E ainda,

*“A maior abertura econômica tornou fundamental para a própria sobrevivência do setor industrial brasileiro a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, cujo principal objetivo foi o aumento da produtividade da indústria. O resultado foi uma redução sistemática do emprego industrial no país (CAMARGO e NERI, 1999: 11)”*.

O rendimento médio real dos trabalhadores alocados nos setores de serviços e comércio acompanhou a evolução da taxa de desemprego aberto ao longo do período delimitado. E os rendimentos de ambos os setores acompanham fielmente o ciclo da economia, caindo no período de recessão e apresentando elevação no período pós-1992, quando o desemprego aberto nestes setores volta a cair. Segundo Camargo e Neri (1999), essa evolução mostra uma relativa flexibilidade dos salários reais nestes setores, em relação à evolução da taxa de desemprego aberto. Isso significa, para esses autores, que uma parte importante do ajuste do mercado de trabalho à recessão se deu através de redução dos rendimentos reais e não através de aumentos da taxa de desemprego.

Movimento contrário pode ser observado no setor industrial. Existe uma oscilação nos rendimentos reais dos trabalhadores industriais, contudo, sem apresentar uma grande oscilação para baixo. O movimento dos rendimentos também segue o ciclo ocorrido na economia, mas sem apresentar uma tendência clara de queda. Com a retomada do crescimento econômico pós-1992, os salários industriais também apresentam elevação,

mas não tão visível quanto os demais setores. Se os rendimentos não vem apresentando oscilação elevada é provável que o ajuste tenha sido realizado no processo de admissão e demissão de funcionários. Ou seja, o trabalho transforma-se em variável de ajuste decorrente de um processo de reestruturação organizacional.

Já no período seguinte (1994-1999), pode-se caracterizá-lo rigidamente por duas alterações fundamentais: a estabilização monetária e a elevação da concorrência decorrente da abertura comercial do período anterior, acentuada pela política cambial.

Como consequência da adoção da âncora cambial associada ao aumento da demanda devido principalmente à estabilização dos preços, houve uma alteração no comportamento dos preços relativos para a economia brasileira. Assim, os preços dos bens não-comercializáveis (*non-tradables*) passaram a crescer mais que os dos bens comercializáveis (*tradables*), "invertendo a tendência do período anterior". O ponto interessante é que a economia iniciou uma fase de crescimento, mesmo com a elevação do *quantum* importado. E, como consequência, houve aumento do nível de emprego.

Nos anos de 1994 e 1995, pôde ser observado o crescimento do emprego na indústria de transformação de 1,02% e 1,49% respectivamente. No comércio, para o mesmo período, temos o crescimento de 1,93% e 2,05% respectivamente, enquanto no setor de serviços, observou-se 0,98% e 1,02%. Já em relação ao emprego no setor público, pode-se observar que este permaneceu praticamente o mesmo, sem apresentar crescimento.

Contudo, o nível de emprego geral da indústria ainda permaneceu caindo apesar de algumas eventuais melhoras em segmentos industriais, tal como a indústria de transformação.

Até o início de 1995, o aumento do nível de emprego total é suficiente para ocasionar uma redução na taxa de desemprego aberto. Mas ao final do ano de 1995 surgem no cenário internacional as crises que irão influenciar o comportamento da economia brasileira até princípio de 1999. A primeira a surgir foi a crise do México, e a partir desse período, a taxa de desemprego aberto volta a crescer, movimento esse que se torna mais visível ainda após 1997 devido às crises asiáticas que tem impacto profundo no emprego agregado nacional. A taxa de desemprego aberto da PME que em janeiro de 1995 estava na casa dos 4,5% chegou em janeiro de 1996 a 5,4% e em outubro de 1997 a 6,2%.

Retornando à análise separada dos setores de atividade, ocorreu, como já foi dito acima, que o emprego industrial a partir de 1995 apresentou queda, mesmo com crescimento do produto. Situação distinta foi a do emprego nos setores de comércio e serviço, que apresentou elevação até 1996. Após esta data, o emprego nestes dois setores apresentou uma tendência à estagnação.

Pode-se então concluir a avaliação do período da seguinte maneira. É passível de observação que os rendimentos dos trabalhadores apresentaram elevação devido à estabilização dos preços<sup>8</sup>. Já o nível de emprego que iniciou o período dando

<sup>8</sup> Os dados referentes ao rendimento real dos trabalhadores com carteira assinada (RM) mostram a seguinte trajetória: 1994: R\$ 267,67; 1995: R\$490,33; 1996:

sinais de que poderia apresentar melhoras, não foi suficientemente forte para suportar a alteração no cenário internacional (a ocorrência de crises externas). Já o efeito da abertura comercial foi principalmente sentida no setor industrial, devido à redução do preço dos bens importados somado ao maior poder de compra da moeda nacional.

O coeficiente de abertura da economia brasileira (veja tabela abaixo) pode muito bem mostrar que as importações apresentaram elevação no período, apesar das diferenças observadas no coeficiente serem pequenas excetuando os períodos de 1989 para 1991 e de 1992 para 1994. Períodos estes nos quais são sentidos com maior intensidade as políticas praticadas pelo governo ou em nome de uma maior abertura comercial, como foi no governo Collor em 1990 ou em nome de uma estabilização dos preços, com a abertura comercial servindo de política de apoio via elevação da concorrência de produtos estrangeiros para sustentar os preços internos mais baixos.

**TABELA 4**  
**COEFICIENTE DE ABERTURA DA ECONOMIA**  
**BRASILEIRA**

Ano	Importações*	PIB*	Coeficiente** %
1989	25,1	459,43	5,46
1990	803,6	11.548,79	6,96
1991	4.771,4	60.286,00	7,91
1992	53.744,8	640.958,77	8,39
1993	1.282.280,4	14.097.113,45	9,10
1994	31.993.027,0	349.204.679,00	9,16
1995	61.314.054,0	646.191.517,00	9,49
1996	69.310.584,0	778.886.727,00	8,90
1997	86.000.488,0	870.743.034,00	9,88
1998	88.174.181,0	913.735.044,00	9,65
1999	112.501.266,0	960.857.736,00	11,71

\* Importações e PIB em mil R\$

\*\* Coeficiente: importações/PIB

Fonte: IBGE. Elaboração: Leite.

R\$609,59; 1997: R\$663,90; 1998: R\$688,58; 1999: R\$691,54 e 2000: R\$727,10. Ainda temos dados do MTb, que informam que a evolução do rendimento médio real do trabalho nas principais regiões metropolitanas elevou-se em 24% de janeiro de 1995 e março de 1998.

Outra maneira é observar o crescimento das importações no período, com exceção do período 1997 – 1998 devido a problemas enfrentados decorrentes da crise internacional e ao pífio crescimento econômico apresentado pela economia brasileira neste período.

Podemos então concluir que a década de 90, apesar de apresentar uma melhoria – a estabilização de preços –, do ponto de vista do mercado de trabalho não obteve resultados satisfatórios. As condições conjunturais da economia brasileira não facilitaram, pelo contrário, acirram o desafio de após a estabilização, criar uma estrutura produtiva que se adaptasse ao contexto de economias “globalizadas”. Assim, as empresas enfrentando esse novo contexto não mediram esforços para se manterem no mercado. Esforço esse, segundo minha interpretação, pretendido mediante a redução de custos na produção. O principal custo a ser racionalizado (ou reduzido) foi o conhecido capital variável de Karl Marx – o trabalho. As empresas nacionais mediante processo de abertura comercial averiguaram que possuíam frágil condição competitiva, principalmente em setores de elevado teor tecnológico. Os grupos domésticos possuíam tamanho (escala e conhecimento) reduzido frente aos grandes conglomerados internacionais, além do financiamento às empresas domésticas estar prejudicado devido à taxa de juro interna elevada, utilizadas para atrair capital estrangeiro para fechar nosso balanço de pagamentos. Balanço esse deficitário, sobretudo no balanço comercial, onde as importações apresentaram elevação muito superior às exportações, sendo que estas últimas passaram praticamente toda a década de noventa prejudicadas inicialmente por políticas comerciais que privilegiavam a abertura comercial (via redução programada e gradual das alíquotas de importação) e por outras que retiravam parte dos incentivos dados às exportações. Já no segundo período pós-estabilização, a junção de políticas de abertura já praticadas no período anterior com políticas cambiais e monetárias que privilegiaram a busca de estabilidade de preços (refiro-me à sobrevalorização cambial e a taxa de juro praticada) ficaram ainda mais comprimidas devido ao baixo valor relativo de suas mercadorias no mercado externo.

Assim, o setor industrial, responsável em grande parte pelo comportamento do nível de emprego brasileiro, desde meados da década de 50, mostrou que sua importância na participação (ou geração) de empregos pode ser decisiva. Enquanto, mesmo apresentando taxa de crescimento, o emprego nos setores de serviços e comércio não têm força para “puxar” o nível de emprego no mercado de trabalho nacional. Some-se a isso o esforço da administração pública em reduzir seus quadros de empregados, via subcontratação ou demissão voluntária,

o que também tende a ter impacto sensível na evolução do mercado de trabalho nacional<sup>9</sup>.

Ainda resta nos determos um pouco na discussão a respeito do setor terciário. Isto porque, ultimamente, é muito defendida e disseminada a tese de que parte dos postos extintos no setor industrial, principalmente na indústria de transformação, estão sendo criados pelo setor terciário. Assim, o setor terciário teria então o papel de substituto na criação de novos postos e absorção de trabalhadores oriundos de postos extintos no setor industrial.

6 A este respeito, observa-se um *crescimento patológico do setor terciário*<sup>10</sup>. Nas últimas décadas (80 e 90) vêm-se observando um crescimento significativo do fenômeno chamado de terciarização das atividades e ocupações econômicas na economia brasileira<sup>11</sup>. Desde a década de 80 podemos observar um crescimento (ou evolução) da quantidade de trabalhadores empregados no setor terciário<sup>12</sup>.

Ao mesmo tempo é possível perceber uma queda significativa do pessoal ocupado no setor primário (agropecuária e extração) e no setor secundário, um comportamento muito próximo aos ciclos vividos pela economia brasileira. Ou seja, a evolução do setor secundário acompanhou bem de perto os índices de crescimento da economia brasileira.

Contudo, o comportamento do setor terciário mostrou uma tendência de se alterar muito pouco com a ocorrência dos ciclos de crescimento e recessão apresentados pela economia brasileira durante todo período. Isso para determinados autores indica tratar-se de uma tendência estrutural de esvaziamento do pessoal ocupado nas atividades primárias da economia brasileira. Segundo Cardoso Jr. (2001), ainda é significativo o fato deste segmento econômico concentrar mais trabalhadores que o segmento secundário (o que ele determina como indústria de transformação e construção civil), com

<sup>9</sup> Cabe ainda fazer menção sobre o processo de privatizações colocado em prática a partir de 1990, cuja decisão inicial dos novos proprietários das então empresas estatais é reduzir o número de empregados mediante um amplo processo de demissão, seja essa voluntária ou não.

<sup>10</sup> Expressão criada por CARDOSO Jr. (2001).

<sup>11</sup> Por terciarização entende-se um crescimento elevado do setor terciário decorrente tanto da retração prolongada do setor industrial quanto da transferência de trabalhadores do setor terciário para o setor industrial.

<sup>12</sup> Na década de 80 o pessoal ocupado no setor terciário ficou na média de 51% a.a., enquanto que na década de 90 a média elevou-se para 57% a.a.. Os dados são da PNAD.



tendência a ser superado por força de seu próprio movimento geral de declínio relativo.

É bastante visível o crescimento das atividades e do pessoal ocupado nas atividades terciárias desde início da década de 80. Mesmo sendo possível explicar parte deste movimento como processo normal de desenvolvimento do país, associado a fatores como urbanização e aumento da renda per capita urbana, é fato que não podemos classificar como fator fundamental às baixas taxas de crescimento do produto e seu efeito no setor secundário da economia.

Os dados relativos ao setor terciário (PNAD) vêm demonstrando uma evolução do pessoal ocupado. Contudo, a evolução apresenta-se tímida visto que o pessoal ocupado passou de 54% em 1990 para 59% em 1998. Os dados para a década de 80 apresentam uma variação um pouco mais significativa (veja nota 13).

Segundo Cardoso Jr. (2001), em um contexto de retração prolongada no nível de atividade que usualmente se instaura sobre um mercado de trabalho já de oferta excedente no que tange à mão-de-obra, sendo esta desprovida de amplos mecanismos de proteção providos pelo Estado, a dinâmica de criação de novos postos de trabalho parece depender relativamente mais das condições de oferta que das de demanda por trabalho. Quando é essa a situação em que se encontra o mercado de trabalho, as atividades geradas no comércio ambulante e nos serviços pessoais crescem vertiginosamente, inflando de maneira patológica o setor terciário da economia.

Ainda podemos destacar alguns fatores adicionais para a elevação de pessoas ocupadas em atividades no setor terciário. Entre elas destacam-se: a entrada relativamente maior de jovens e mulheres na composição da população economicamente ativa. Assim, além da migração significativa de trabalhadores industriais para postos de trabalho abertos em atividades situadas no comércio e serviços (de todas as espécies) temos a elevação desproporcional do número de pessoas que estão se incorporando ao mercado de trabalho. Nas palavras de Cardoso Jr (2001)<sup>13</sup>,

*“em que pesem as transformações recentes sobre o mundo do trabalho, advindas dos processos de reestruturação produtiva e organizacional, cujos impactos mais fortes recaem sobre as estruturas industriais dos países com grau elevado de industrialização, o*

<sup>13</sup> Ver também: CARDOSO Jr. E FERNANDES (2000) e BALTAR e DEDECCA (1997).

*certo é que a manutenção de políticas domésticas de viés contencionista da demanda agregada interna deve ter influenciado sobremaneira o comportamento do pessoal ocupado no segmento secundário brasileiro entre 1981 e 1999 (CARDOSO Jr, 2001: 17).”*

A conclusão para o período em destaque (a década de 90) passa claramente pelas modificações ocorridas no cenário internacional e pelos ajustamentos realizados na economia brasileira em decorrências destas alterações. A abertura econômica, principalmente a comercial, demandaram um amplo processo de ajustamento (reestruturação) dos setores da economia, com destaque para o setor industrial. Um país que dependeu historicamente do setor industrial como o móvel criador de postos de trabalho e da intensiva participação estatal neste mesmo processo sofreu duros impactos das alterações ocorridas. A modificação da participação estatal na economia brasileira também foi um fator de influência decisiva, pois grande parte dos postos gerados tinham direta ou indiretamente, alguma participação estatal. Além disso, o processo de concorrência internacional e as baixas taxas de crescimento do produto brasileiro foram fatores de significativa influência na estrutura do mercado de trabalho no período.

Agora serão descritos alguns conceitos disseminados na literatura econômica atual que vem sendo frequentemente utilizados para caracterizar o mercado de trabalho. Destaca-se a importância da compreensão destes conceitos para uma melhor compreensão do próprio mercado de trabalho e das profundas alterações pelas quais vem passando o mesmo.

#### **4 – NOVOS CONCEITOS PARA UM NOVO CENÁRIO: desregulação e precarização do mercado de trabalho**

A necessidade de descrever ou de definir melhor alguns conceitos utilizados atualmente para caracterizarmos o cenário atual do mercado de trabalho deve-se ao fato de que alguns destes são novos na terminologia econômica, decorrentes das alterações ocorridas na mesma estrutura. Conceitos tais como precarização e desregulamentação foram incorporados no uso contínuo a partir de fins da década de 80.

O conceito de **(des) regulação do mercado de trabalho**, segundo Cardoso Jr. (2001) é entendido como a síntese de dois vetores determinação. De um lado, o vetor da estruturação do mercado de trabalho em consonância à emergência, à consolidação e ao avanço das relações capitalistas de produção no país, os quais dizem respeito, basicamente, à difusão do assalariamento da mão-de-obra pelo

sistema econômico e sua concomitante aceitação pela sociedade. De outro lado, o vetor da progressiva regulamentação desse mesmo mercado de laboral, que se dá a partir de uma interferência pública (estatal e civil) mediadora e disciplinadora das relações. Assim afirma Cardoso Jr.,

*“O vetor da estruturação do mercado laboral é fundamentalmente dependente do padrão de desenvolvimento que se instala na sociedade ou, mais especificamente, da natureza do capitalismo que constitui (e põe em operação) determinadas bases produtivas de valorização do capital. Por sua vez, o vetor da progressiva regulamentação do mercado de trabalho depende do grau de organização política e social da nação e se apresenta como um conjunto de instituições públicas (estatais e civis) e normas legais que visam fornecer os parâmetros mínimos de demarcação e funcionamento do mercado de trabalho, notadamente no que diz respeito ao uso do trabalho (regulamentação das condições de contratação, demissão e da jornada de trabalho), sua remuneração (regulamentação das políticas e reajuste salariais em geral e do salário-mínimo) e proteção ou assistência social aos ocupados e desempregados (regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, da política previdenciária, das práticas de formação e qualificação profissional, da ação sindical e da Justiça do Trabalho) (CARDOSO Jr., 2001: 9)”*

O que se pode observar, mediante utilização da caracterização acima, é que ocorre no Brasil atualmente uma desregulação do mercado laboral.

Adicione a este conceito, o conceito de **desregulamentação do mercado de trabalho**. Este é parte integrante do descrito acima, sendo caracterizado pelo processo de reformas estruturais posta em prática pelos últimos governos. A desregulamentação diz respeito à flexibilidade das condições de uso da força de trabalho; à flexibilização das condições de remuneração da força de trabalho;

modificações impostas aos marcos de proteção e assistência à força de trabalho e por último é tão importante quanto as demais, modificações nas estruturas sindicais e da Justiça do Trabalho.

Esses conceitos associados descrevem bem a trajetória do mercado de trabalho brasileiro. Mas ainda podemos especificar mais o cenário do mercado laboral na última década. Vejamos: Temos os fenômenos conhecidos por **informalização das relações de trabalho e terciarização das ocupações**. Considera-se por informalização das ocupações o seguinte: uma situação de declínio dos trabalhadores de carteira assinada, associado a um movimento de expansão das formas de contratação atípicas, com o crescimento de trabalhadores sem carteira assinada e trabalhadores autônomos ou por conta própria. Os dados<sup>14</sup> para o período atual (anos 90) são os seguintes: trabalhadores sem carteira assinada: 32%; trabalhadores por conta própria: 24%; trabalhadores com carteira assinada: 24%.

Quanto à terciarização das ocupações, temos o crescimento nas últimas décadas do setor terciário da economia. Os dados demonstram que na década de 90 o setor terciário vem sendo responsável pela absorção de mais de 50% do pessoal ocupado na economia brasileira.

Além destes, ainda tem-se observado a utilização frequente do conceito de **precarização** dos postos de trabalho. Entende-se por precarização, a ocorrência (ou criação) de postos de trabalho que vêm perdendo continuamente qualidade. Ou seja, pode ser considerado como um conjunto de fatores (ou acontecimentos) tais como: \*\*dessalariamento formal, perda de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, jornadas de trabalho mais longas sem contrapartida na remuneração, remuneração oscilante (de acordo com os ciclos observados na atividade econômica), fontes de rendimentos múltiplas e falta de segurança na continuidade (ou estabilidade) no emprego.

A respeito da precarização vale ressaltar alguns detalhes.

Os fatores até então citados são interrelacionados, ou seja, todos exercem efeitos conjuntos uns sobre os outros. A precarização acaba sendo uma consequência da desregulação do mercado laboral. Assim, podemos definir a precarização avaliando outros fenômenos que vem ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro, tais como: a elevada rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho; a baixa qualidade dos empregos gerados e a flexibilização do mercado de trabalho.

<sup>14</sup> Valores apresentados em média para o período de 1990 a 1999. Dados PNAD – IBGE.

Dentre estes fatores descritos acima, deve-se qualificar melhor tanto **qualidade dos postos de trabalho** quanto **flexibilidade do mercado de trabalho**.

Por qualidade do trabalho<sup>15</sup>, entende-se um emprego que associe alguns fatores básicos. Estes fatores são: renda; benefícios não-salariais; regularidade e confiabilidade na permanência no trabalho; *status* contratual; proteção social; representação sindical; jornada de trabalho em duração e ritmo constantes; possibilidade de evolução profissional e interesse no trabalho. Deve-se sublinhar que são detalhes como estes que fazem a diferença dentro de um mercado de trabalho dual como o existente na economia brasileira. Os dados<sup>16</sup> sobre a qualidade de emprego no Brasil mostram que no ano de 1998 apenas 37,4% do total de empregados recebem algum tipo de benefício salarial relacionado à alimentação e transporte; apenas 15,2% tem filiação sindical; 44,1% possui cobertura da Seguridade Social e 60,7% permanece no mesmo emprego depois de um ano de contratação.

Já flexibilidade do mercado de trabalho<sup>17</sup>, apesar de não ser o tema primordial deste estudo, é importante ser definido, mesmo que sumariamente. O que se define como flexibilidade do mercado de trabalho é um processo de fatos associados no sentido de: promover a flexibilização das condições de contratação e de uso da força de trabalho; a flexibilização das condições de remuneração da força de trabalho; e a possibilidade de flexibilizar tanto as bases de proteção e assistência social quanto às estruturas sindicais. Estes últimos estão, atualmente, mas preocupados com a manutenção dos empregos do que com questionamentos (e devido ao seu baixo poder de barganha) a respeito dos direitos históricos auferidos pelos trabalhadores.<sup>18</sup>

## 5 – Considerações finais

Utilizando os conceitos descritos acima e as mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira e internacional citadas na primeira seção do trabalho, pode-se definir, ou melhor, pode-se caracterizar o comportamento atual do mercado de trabalho brasileiro.

Os governos da década de noventa permaneceram na batalha contra o processo inflacionário. Iniciou-se o período com o Plano Collor, caracterizado pelo bloqueio da liquidez (ativos monetários e financeiros<sup>19</sup>) associado a um plano ousado e imediato de abertura da economia brasileira. O resultado não foi aquele

<sup>15</sup> Reinecke, 1999.

<sup>16</sup> Retirados de Leite, 2002.

<sup>17</sup> Veja a respeito, Camargo, 1999.

<sup>18</sup> Veja: ALVES (2000) e, ANTUNES (2000).

<sup>19</sup> Veja: Carvalho (1993).

que se esperava. Isto devido a inconsistências na formulação do próprio plano e em contingências de política e econômicas. Este primeiro momento gerou um impacto significativo no mercado de trabalho nacional pois as empresas instaladas na economia brasileira (sejam elas de capital privado nacional ou estrangeiras) foram lançadas em um novo cenário econômico caracterizado pelo acirramento da concorrência de produtos importados. Frente a este cenário, foi iniciado um processo amplo de reestruturação produtiva e organizacional no qual obedeciam a racionalidade de reduzir custos. Dentre as diversas formas de equacionar o problema dos custos, rendimentos e empregos foram afetados criando um ambiente propício a elevação do desemprego e da redução dos salários. Some-se a isso uma elevada oferta de mão-de-obra e com baixa qualificação que acaba por caracterizar o mercado de trabalho brasileiro como dual. Assim, convivem neste ambiente trabalhadores com alta qualificação que recebem remuneração condizente com seus níveis educacionais e um outro contingente de trabalhadores que por serem portadores de baixa ou nenhuma qualificação, encontram-se no outro extremo do mercado de trabalho.

No segundo período, o compreendido pelos anos de 1994 a 1999, o governo de Fernando Henrique alcançou a estabilidade monetária, mas às expensas de diversos outros fundamentos econômicos e sociais. Utilizando uma combinação de política monetária de juros elevados (com a finalidade de atrair capital estrangeiro e segurar o nível dos gastos internos) e uma política cambial de câmbio sobrevalorizado a atividade interna foi submetida a um novo ciclo recessivo. Se o mercado de trabalho já vinha passando por um período crítico, a queda da atividade interna somada a uma "invasão" de produtos importados, agora beneficiados pela taxa de câmbio, ficou em uma situação ainda mais precária.

Adicione ao citado acima, a realização das chamadas reformas estruturais, que buscam através das privatizações e do equacionamento dos gastos públicos, uma maneira de aliviar a situação do déficit governamental.

Bem, frente ao descrito nesta conclusão e aos fatos observados ao longo do trabalho, pode-se perceber que o cenário pintado para o mercado de trabalho brasileiro não é dos melhores, a menos que o governo e iniciativa privada juntem-se para buscar uma solução adequada a todos. Talvez políticas públicas associadas a compromissos do empresariado nacional para retomar um processo de crescimento econômico aliviem a situação dos trabalhadores no mercado de trabalho nacional.

## 6 – Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 365p.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. 258p.1
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, DEDECCA, Cláudio Salvadori, HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil. In.: OLIVEIRA, Carlos A. B., MATTOSE, Jorge E. L. (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 88 – 108. 344p
- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 1999*. Brasília. DF. 2000.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 1998*. Brasília. DF. 1999.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 1997*. Brasília. DF. 1998.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. AMADEO, Edward. *A evolução recente da oferta de trabalho e do emprego no Brasil (Notas sobre o Mercado de Trabalho)*. Brasília: DF, 1998. n. 1.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. AMADEO, Edward. *Dez Pontos sobre a Situação Recente do mercado de Trabalho (Notas sobre o Mercado de Trabalho)*. Brasília: DF, 1998 a., n. 5.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. AMADEO, Edward. *A Reforma Trabalhista Brasileira (Notas sobre o Mercado de Trabalho)*. Brasília: DF. 1998 b., n.8.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. FOGUEL, Miguel N. *A Jornada de Trabalho a tempo parcial no Brasil (Notas sobre o Mercado de Trabalho)*. Brasília: DF. 1998 c., n. 9. BRASIL. Ministério do

Trabalho. AMADEO, Edward. *A Globalização e sua dimensão trabalhista (Notas sobre o Mercado de Trabalho)*. Brasília: DF. 1998 d., n. 10.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Emprego no Brasil: diagnósticos e políticas*. Brasília: MTb, 1998. 76 p.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 380p.

CAMARGO, José Márcio, NERI, Marcelo. *Emprego e Produtividade no Brasil na década de noventa*. Brasília: IPEA, 1999. (Série Reformas Econômicas n. 30).

CARDOSO Jr., José Celso. *Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão n. 814) 60p.

CARVALHO, Carlos Eduardo Ferreira. *Bloqueio da Liquidez e Estabilização: o fracasso do Plano Collor*. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 1996. 231p. (Tese de Doutorado em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas).

GONZAGA, Gustavo. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. *Revista de Economia Política*: São Paulo. v. 18, n. 1 (69), p. 120 – 140. jan./mar., 1998.

HORTA, M.H., PLANI, G., KUME, H. A política cambial e comercial. In.: *IPEA – Perspectivas da Economia Brasileira – 1992*. Brasília: IPEA, 1992.

HENRIQUE, Wilnês. Crise econômica e ajuste social no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 1998. p. 73 – 109. 327p.

KUME, H., PATRÍCIO, J.A.. A Reforma Aduaneira proposta pelo CPA: um primeiro passo para a formulação da política tarifária. *Revista*

*Brasileira de Comércio Externo*. São Paulo. n 15, jan./fev. 1998, p 14-25.

KUME, H. *A reforma tarifária de 1988 e a nova política de importação*. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1989. (texto para discussão, n. 20).

LEITE, Alexandre César Cunha. *O Mercado de Trabalho Brasileiro frente à Abertura Comercial dos anos 90: um debate com as correntes interpretativas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política - PUC/SP, 2002.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, POCHMANN, Márcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. *Economia e Sociedade*. Campinas: IE - UNICAMP, n. 10, junho 1998. p. 213 - 243.

POCHMANN, Márcio. *O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 151p.

REINECKE, Gerhard. Qualidade de Emprego e Emprego atípico no Brasil. In.: POSTHUMA, Anne Caroline. *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade no Brasil*. São Paulo: 34 - Brasília: OIT e Ministério do Trabalho e Emprego. 1999. p. 120 - 148. 472p.

SUZIGAN, Wilson, VILLELA, Annibal V.. *Industrial Policy in Brazil*. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP, 1997. 236p.